

Conselhos



CIP

CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL
DE PORTUGAL

Índice

Conselhos	3
1. Conselho da Construção, Imobiliário e Habitação	5
2. Conselho da Energia	7
3. Conselho da Logística, Transportes e Mobilidade	9
4. Conselho da Saúde, Prevenção e Bem-Estar	11
5. Conselho das Câmaras de Comércio	13
6. Conselho das Empresas	15
7. Conselho do Agroalimentar	17
8. Conselho do Ambiente e Sustentabilidade	19
9. Conselho do Comércio e Serviços	21
10 Conselho do Ensino Superior, Investigação e Inovação	23
11. Conselho para a Atração de IDE	25
12. Conselho para a Economia Digital	27
13. Conselho para a Economia do Mar	29
14. Conselho para a Regulação e Qualificação das Pessoas	31
15. Conselho para a Sustentabilidade das Contas Públicas	33
16. Conselho para as Relações Internacionais	35
17. Conselho para os Assuntos Fiscais e Segurança Social	37
18. Conselho Regional	39

Conselhos

A construção de uma forte, presente e insubstituível comunidade empresarial, dinamizadora de um saudável ambiente económico e, sublinhe-se, promotora de riqueza, somente é concretizável através da consolidação do movimento associativo português. De resto, na acérrima prossecução dos propósitos acima enunciados, um dos maiores desafios para o mandato 2023-2027 da direção da CIP – Confederação Empresarial de Portugal é, justamente, a confederação da voz das empresas, dos seus empresários e dos seus legítimos representantes. Torna-se absolutamente urgente que todo o ecossistema empresarial sinta o valor do movimento associativo, tendo na CIP o parceiro baluarte dos seus valores empresariais.

O conturbado momento que vivemos hoje em Portugal obriga ao recentrar do debate político na procura consistente de soluções para os inúmeros desafios colocados ao País, fazendo-o de forma rigorosa, sistemática e determinada, com base em dados, com base na definição inequívoca dos objetivos e com base numa avaliação minuciosa quer dos efeitos previsíveis, quer dos resultados alcançados.

Ora, um dos principais instrumentos promovidos pela CIP nos últimos anos para encontrar essas válidas respostas são os Conselhos. Espaços de estudo, análise, debate, reflexão, orientação e ponderação que consubstanciam um alicerçado, criterioso e fundamentando pensamento estratégico sobre as mais basilares áreas da atividade económica, da governação política e do associativismo. Um conjunto de estruturas suporte, constituído por individualidades, instituições e empresas, organizadas debaixo de reconhecidas matérias públicas e lideradas por personalidades de inegável mérito, que num trabalho integrado permitem, então, a construção de um raciocínio lógico, coerente e plausível vertido em propostas substantivas.

1. Conselho da Construção, Imobiliário e Habitação

Presidente: *Fernando Santo*

No momento presente é inquestionável afirmar-se que as áreas da construção, do imobiliário e da habitação assumiram uma muito maior relevância económica e mesmo social.

Pelas dificuldades de obtenção de habitação com que as famílias (e muito em particular os jovens) se debatem, pelos elevados preços praticados no mercado de venda e de arrendamento, decorrentes da escassez de oferta, da subida muito significativa dos custos tanto com matérias-primas e materiais como com mão-de-obra, ou pelos elevados juros bancários praticados, urge debater com precisão e profundidade as razões que conduziram à situação atual e concretizar estratégias que eficazmente permitam reverter a situação.

Tendo em conta o atual contexto nacional, o Conselho da Construção, Imobiliário e Habitação apresenta os seguintes objetivos para o presente mandato:

1. Acompanhar as propostas legislativas sobre o sistema de licenciamento urbano e atividades industriais e apresentar contributos para a sua simplificação;
2. Acompanhar a evolução do mercado de habitação e apresentar contributos para alterar a legislação entretanto aprovada e que não atinja os objetivos propostos;
3. Contribuir com propostas que visem simplificar o Código dos Contratos Públicos de forma a estar alinhado com o conceito de boa gestão da contratação e execução de empreitadas financiadas por programas públicos;
4. Contribuir para as propostas que a Direção da CIP entenda solicitar sobre matérias inseridas no âmbito da CCIH;
5. Promover reuniões multilaterais com outras Confederações e Associações Empresariais com intervenções no âmbito das matérias tratadas pelo CCIH;
6. Promover no 2º trimestre de 2024, após a tomada de posse do novo Governo, um seminário sobre as dificuldades de investimento das empresas, para debater as matérias de licenciamento e os problemas de acesso à habitação, com o objetivo de apresentar propostas que visem mitigar as dificuldades existentes.
7. Este evento poderia ser repetido em cada ano, em função da evolução das medidas legislativas entretanto aprovadas;
8. Lançamento de um inquérito às empresas para conhecer os principais constrangimentos aos investimentos, no que se refere aos licenciamentos e contratação de trabalhadores condicionada pela dificuldade de acesso à habitação;
9. Atualizar o documento «Fazer Acontecer a Reabilitação Urbana» (2010);
 - Comparar o proposto com as medidas aprovadas pelos Governos após 2010;
 - Analisar a evolução do mercado e as consequências do que entrou em vigor.

Membros:

Pedro Mendes Leal	A. SILVA & SILVA	Ricardo Plácido	Caixa Geral de Depósitos
Carlos Duarte	ABIMOTA	Isabel Frada	Mercadona
João Albuquerque	ACIB	Maria Martins	Mercadona
Mário Santos	AEBraga	Vitor Agra	JRC-Construção e Obras Públicas, SA
Salvador Morais	AERLIS	Pedro Bagulho	Mota-Engil
Luís Fonseca	AGEFE	Reinaldo Teixeira	NERA
Fátima Rato	ATIC	Joana Caldeira	NERGA
João Folque Patrício	Banco BPI	Afonso Pereira	SONAE
António Manuel Soares Fontes	Banco Santander Totta	Ilídio de Ayala Seródio	Convidado
Edite Cheira	Caixa Económica Montepio Geral	João Freitas Fernandes	Convidado

2. Conselho da Energia

Presidente: *Nuno Afonso Moreira*

Vice-Presidentes: *Luís Delgado (Bondalti) e Pedro Amaral Jorge (APREN)*

Os imperativos da transição energética e o objetivo comum europeu de caminhar para a neutralidade carbónica no horizonte de 2050 marcam claramente as agendas políticas e as estratégias a adotar pelos agentes económicos que, neste quadro exigente, procuram manter a competitividade.

Mas, para além deste desafio estrutural, ainda enfrentamos fatores de incerteza nos mercados da energia, os quais são agravados pelas vulnerabilidades e, também, incertezas na disponibilidade de matérias críticas necessárias aos investimentos que permitirão realizar a referida transição energética.

Os preços dos vários produtos energéticos terão de constituir, também, uma preocupação deste Conselho da Energia.

Assim, tendo em conta este contexto, o Conselho da Energia considera os seguintes objetivos para o presente mandato:

1. Acompanhar as propostas legislativas e as orientações da Comissão Europeia relativas à transição energética e aos mercados da energia, bem como a legislação e medidas que, ao nível nacional, as traduzem;
2. Manter o diálogo com as instituições públicas nacionais com competências na área da energia e apoiar a Direção da CIP nos necessários contactos com o Governo;
3. Promover o diálogo e partilha de preocupações entre os Associados da CIP, sempre com o objetivo de identificação de problemas e a procura de propostas que permitam resolver, minorar ou esclarecer essas questões.
4. Promover ou apoiar iniciativas que contribuam para um melhor desempenho das atividades económicas na área da energia.

Membros:

Henrique Ferreira	ABIMOTA	Francisco Frazão Guerreiro	CERTIF
João Albuquerque	ACIB	Ricardo Emilio	Dourogás
António Ricca	ACP	Eduardo Viana	Dourogás
Carlos Vaz	AE Braga	Sandra Pinto	EDP
João Nuno Serra	AE BB	Rui Cardoso	Fábrica Torrejana
Duarte Alcântara	AERLIS	Joana Appleton	Floene
Adão Ferreira	AFIA	António Pires de Andrade	Grupo Valouro
Nuno Lameiras	AGEFE	Arlindo de Carvalho	HyChem
Mário Pinho	AI NAVAIS	Hugo Vieira	Mercadona
Henrique Ferreira	AIDA CCI	Pedro Matias	ISQ
Carlos Silva	AIMMAP	João Araújo dos Santos	Jerónimo Martins
Manuel Tarré	ALIF	Vitor Agra	JRC-Construção e Obras Públicas
Pedro Serra Ramos	ANEFA	Nuno Alexandre	Mota-Engil
João Pombo	ANICP	Jorge Guerreiro	NERA
Isabel Tato	ANICP	Paulo Ferreira	NERLEI
Fernando Mendes	ANIMEE	Luís Simões	NERSANT
Jaime Regojo Velasco	ANIVÉC/APIV	Pedro Furtado	REN
Adolfo Martinho	APDC	António Andrade Tavares	RENOVA
Cristina Câmara	APED	Alvaro Alvarez	Siderurgia Nacional
Viviana Nobre	APED	João Marinho	Siderurgia Nacional
Alexandra Ferreira	APF	Esther Jara	Siderurgia Nacional
Paulo Pires	APICER	Luís Marçal	SIEMENS
Teresa Borba	APIGRAF	Frederico Mota	SONAE
Paulino Ribeiro	APIGRAF	António Sousa Patrício	SUGAL
Carla Pedro	APQuímica	Rui Boavida	Tabaqueira
Jaime Carvalho	APQuímica	Frederico Pisco	The Navigator Company
Pedro Amaral Jorge	APREN	Teresa Ponce de Leão	Convidado
Marta Feio	ATIC	Guido Albuquerque	Convidado
Carlos Abreu	ATIC	António Cavalheiro	Convidado
Sandro Conceição	ATIC	Ricardo Nunes	Convidado
João Pedro Capa	ATIC	Paulo Preto dos Santos	Convidado
Mendonça e Costa	ATIC	Luís M. Martins	Convidado
João Costa	ATP	João Torres	Convidado
Ana Rosas Oliveira	Banco BPI	José Baptista Pereira	Convidado
João Pedro Paul	Banco Santander Totta	Ivone Rocha	Convidado
Ana Fernandes	Biond	José Carvalho Netto	Convidado
Teresa Marques	BONDALTI Capital	Paulo Carmona	Convidado
Mesquita Sousa	BONDALTI Capital		

3. Conselho da Logística, Transportes e Mobilidade

Presidente: *Eduardo Rangel*

Vice-Presidente: *Nuno Rangel* (Rangel Invest)

Os desafios económicos do presente representam um fortíssimo risco para as empresas e sociedades em geral, mas podem também constituir-se como poderosas oportunidades de evolução e progresso.

As sérias dificuldades logísticas que subsistem ainda fruto das disrupções provocadas pela pandemia, agravadas agora pela Guerra na Ucrânia e, mais recentemente, pelo conflito entre Israel e o Hamas, colocam desafios a todos os Países mas com intensidade diferente para os que são mais pequenos e com economias mais abertas.

As drásticas alterações tecnológicas atuais, de que os meios de transporte são um forte exemplo, as exigências e restrições de carácter ambiental, ou a volatilidade dos preços das energias, constituem enormes desafios atuais e futuros que importa transformar em oportunidades.

Também nos hábitos dos cidadãos, nas suas preferências e na crescente exigência no que respeita à mobilidade, as transformações são crescentes e de impactos muito significativos.

Assim, o Conselho da Logística, Transportes e Mobilidade na assunção das suas responsabilidades de auscultação, reflexão, debate e construção de soluções, dará especial atenção aos seguintes vetores:

- Identificação e atualização (estudo) dos fatores de competitividade de Portugal no setor da logística, impulsionadores das exportações nacionais e da atração de investimento externo;
- Modernização das cadeias logísticas face aos novos desafios tecnológicos;
- Oportunidades de investimento no novo contexto económico de reindustrialização;
- Atração e retenção de talento humano no setor da logística;
- Fomento dos centros de desenvolvimento de conhecimento na área da logística, com foco nas universidades e no ensino que inclua experiências em contexto empresarial;
- Descarbonização e apoios do Governo à reestruturação de plataformas logísticas e frotas das empresas;
- Impacto dos custos da energia e transformação do setor da logística;
- Desafios às empresas nos novos paradigmas da mobilidade urbana (ex.: restrições de circulação).

Membros:

João Miranda	ABIMOTA	Gonçalo Castelo Branco	EDP
Alberto Gonçalves Pereira	AE Braga	Arlindo de Carvalho	HyChem
Rui Jorge Rego	AERLIS	Eduardo Pires	Mercadona
Ana Reis Mota	AES	Pilar Benajas	Mercadona
José Couto	AFIA	Sofia Alves	JRC-Construção e Obras Públicas
Mário Pinho	AI NAVAIS	Antonieta Marques	NERGA
Fernando Paiva de Castro	AIDA CCI	Luís Manuel Dionísio Marques	Rangel Invest
Pascal Ballayer	ANETIE	Rui Marques	RENOVA
Isabel Tato	ANICP	João Gouveia	SIEMENS
César Araújo	ANIVEC/APIV	Frederico Mota	SONAE
Pedro Loução	APDC	Ricardo Ramos	SUGAL
Diogo Galhoz	APED	Rui Minhós	Tabaqueira
Rui Martins	APED	Nuno Soares	The Navigator Company
Vasco Almeida	Caixa Económica Montepio Geral	Bruno Faneco	TRIVALOR
Pedro Pimentel	CENTROMARCA	Raúl Magalhães	Convidado
Francisco Frazão Guerreiro	CERTIF	António Pires	Convidado
Rui Bolas	CIMPOR	António Nabo Martins	Convidado
João Filipe Jesus	DOUROGÁS		

4. Conselho da Saúde, Prevenção e Bem-Estar

Presidente: *João Almeida Lopes*

Vice-Presidente: *Oscar Gaspar (APHP)*

O Conselho da Saúde, Prevenção e Bem-Estar da CIP – Confederação Empresarial de Portugal agrega as empresas e as associações empresariais do setor da Saúde e assume o objetivo da promoção da Saúde, nomeadamente pela criação de valor económico e social que estas entidades aportam e pelo contributo acrescido que podem dar às condições de saúde dos portugueses e à economia nacional.

O Conselho da Saúde, Prevenção e Bem-Estar da CIP salienta a necessidade de ver reconhecido o valor económico da Saúde e a importância estratégica deste setor para o aumento do valor acrescentado nacional, nomeadamente através da criação de mais emprego qualificado, da crescente produção e exportação, do desenvolvimento tecnológico, de mais investimento externo e do incentivo à investigação e desenvolvimento.

O setor privado da Saúde pode contribuir ainda mais para a economia do País e ser uma alavanca essencial para o desenvolvimento. Mais economia da Saúde significará mais Saúde para os portugueses e mais economia para o País.

O setor privado da Saúde é constituído por mais de 30 mil empresas, que empregam mais de 146 mil pessoas e geram anualmente um valor acrescentado bruto superior a 6,7 mil milhões de euros e, como tal, a Saúde não pode ser discutida em Portugal apenas pela componente financeira do Serviço Nacional de Saúde (SNS) mas por toda a riqueza que gera e pode gerar para a economia e para a sociedade.

O Conselho propõe continuar a realizar um trabalho sistemático, com grande participação por parte dos seus membros, dinâmica de alargamento e representatividade dos agentes económicos dos diversos setores da Saúde para, num projeto conjunto e articulado, apresentar ao País propostas que promovam a Saúde como setor económico e estratégico.

Assumindo que a Saúde é uma das maiores preocupações dos portugueses e que o investimento em Saúde beneficia outros setores de atividade, a atuação do Conselho da Saúde, Prevenção e Bem-Estar da CIP continuará a pautar-se pelo objetivo de assumir a Saúde como uma prioridade nacional.

Membros:

João Albuquerque	ACIB	João Capa	ATIC
Maria José de Barros	ACP	Patrícia Madeira	Banco Santander Totta
Nuno Flora	ADIFA	José Redondo	BIAL
Pedro Fraga	AE Braga	José Couto	CEC /CCIC
Ana Palmeira de Oliveira	AE BB	Alexandra Queirós	CENTROMARCA
José Malta	AEC	Ema Paulino	FARMINVESTE
Sónia Lourenço	AERLIS	Nuno Cardoso	FARMINVESTE
Marina Marques António	AESINTRA	Ana Maria Couras	FIOVDE
André Jorge	AGEFE	António Barros Neves	FNS
Maria de Belém Roseira	Altice Portugal	Paula Alves	iBET
Ruben Silva	ANNEIDE	Paulo Teixeira	Laboratórios Pfizer
Artur Miler	ANPL	João Lopes	Laboratórios Medifar
Vasco Mendes de Almeida	APDC	Nidia Afonso	Merck Sharp & Dohme
Vera Conde	APED	Luís Pedro Silva	Organon Portugal
Maria do Carmo Neves	APOGEN	André Vasconcelos	Roche
Luís Abrantes	APOGEN	Francisco Monteiro	SONAE
João Paulo Nascimento	APOGEN	Rui Boavida	Tabaqueira
Ana Valente	APOGEN	Sandra João Pires	TRIVALOR
Maria Antonieta Lucas	APORMED	Marta Santos	Convidada
Miguel Guimarães	APS		

5. Conselho das Câmaras de Comércio

Presidente: *Bruno Bobone* (CCIP)

O Conselho das Câmaras de Comércio existe para coordenar os objetivos destas instituições e dos seus membros, de forma a defender os interesses da comunidade empresarial e garantir que as Câmaras de Comércio, trabalhando num sentido comum, possam ser cada vez mais uma força dinâmica e eficaz para o crescimento económico das empresas e da economia portuguesa.

O Conselho desempenha um papel crucial de assessoria.

Ajuda a identificar questões e desafios que afetam a comunidade empresarial e formula estratégias para coordenar o trabalho das Câmaras de Comércio no sentido de encontrar as soluções para os enfrentar, envolvendo a colaboração de várias entidades políticas e empresariais, promovendo medidas e políticas específicas que apoiem as empresas e o desenvolvimento económico.

Dos propósitos do Conselho das Câmaras de Comércio destacam-se:

- Definir e articular uma visão estratégica clara, em estreita colaboração com todos os seus membros;
- Promover a sua missão e os seus valores, trabalhando para fortalecer a representatividade e a relevância da organização na comunidade empresarial;
- Agir em estreita colaboração com todos os membros, no sentido de desenvolver e implementar estratégias que promovam o crescimento económico, a inovação e o sucesso de todos;
- Estabelecer e manter parcerias estratégicas que contribuam para os objetivos estabelecidos.

Membros:

Miguel Leichsenring Franco	ACP	Pedro Paes do Amaral	APIP
Rui Marques	AEBraga	Rogério Hilário	CEC
Paulo Vasconcelos Afonso	AERLIS	Pedro Matias	ISQ
Elisabete Rita	AIDA CCI	Cecília Amaro	NERGA
Eloi Guterres	ANETIE	Henrique Carvalho	NERLEI
Marta Azevedo	ANICP	António Sousa Patrício	SUGAL
Ana Lisa Carvalho de Sousa	ANIVEC/APIV	Rui Boavida	Tabaqueira

6. Conselho das Empresas

Presidente: *Armindo Monteiro*

Vice-Presidente: *Leonor Sottomayor* (SONAE)

O Conselho das Empresas tem como principal foco o reforço do papel das empresas no esforço coletivo de transformação económica, desenvolvimento social e reforma do Estado, como instrumentos de promoção de bem-estar e progresso do País.

A mobilização das empresas é fundamental não apenas para a criação de valor, mas também para gerar mais oportunidades para todos e assim combater assimetrias e desigualdades.

Só com um tecido empresarial dinâmico e moderno será possível recuperar atrasos estruturais, melhorar os níveis de vida das famílias portuguesas, criar oportunidades para que os jovens se autonomizem e encontrem condições que lhes permitam contruir uma vida autónoma e feliz em Portugal.

O Conselho das Empresas visa reafirmar estes compromissos, mas também encontrar soluções para os estrangulamentos e barreiras com que os empregadores se deparam, nomeadamente nas áreas legal e fiscal, nas infraestruturas, nos processos de licenciamento industrial ou ambiental, na contração, na burocracia, na ineficiência de tantas entidades e organismos públicos.

Todos estes desafios e propósitos revestem-se de maior relevância – e mesmo urgência – num contexto de fortíssima instabilidade e incerteza.

A instabilidade interna, decorrente da demissão do Governo e da dissolução da Assembleia da República, cria novos riscos e dificuldades ao investimento pela imprevisibilidade política dos próximos meses. Esta realidade acresce à instabilidade dos mercados internacionais, decorrente ainda dos efeitos da pandemia, mas também em consequência da continuada Guerra na Ucrânia e agora de mais um conflito armado entre Israel e o Hamas.

A incerteza na evolução dos preços de relevantes bens e matérias-primas, as significativas subidas das taxas de juro, a permanência de constrangimentos nas cadeias logísticas, são elementos que permitem antecipar um agravamento da já registada desaceleração económica da Europa.

O Conselho das Empresas constitui um espaço de análise e discussão destas matérias, buscando estratégias e soluções para as empresas e para o País, com o contributo conhecedor, experiente e motivado de inúmeros Associados.

Membros:

Pedro Monteiro Coelho	Banco BPI	Inês Santos	Mercadona
Amílcar Lourenço	Banco Santander Totta	João Manuel May Pereira da Cruz	J. Pereira da Cruz
Pedro Marques Henriques	Bondalti	Filipa Mota e Costa	Janssen
José Carlos Mateus	Caixa Económica Montepio Geral	António Serrano	Jerónimo Martins
Francisco Cary	Caixa Geral de Depósitos	Paulo Teixeira	Laboratórios Pfizer
Diogo Felgueiras	CIMPOR	João Nuno Palma	Millennium BCP
Ricardo Martinho	Companhia IBM	Nuno Manuel da Silva Amado	Millennium BCP
Eduardo Paço Viana	Dourogas	Sofia Ferreira	Organon Portugal
Ricardo Ferreira	EDP	Eduardo da Silva Rangel	Rangel Invest
Vanda Sofia Rodrigues de Jesus	iCapital	Alvaro Alvarez	Siderurgia Nacional
Gabriel Sousa	Floene Energias	Ana Isabel Trigo Morais	Sociedade Ponto Verde
Jorge Lúcio	Galp	Manuel Alfredo da Cunha José de Melo	Sovena Group
Marco Belo Galinha	Grupo Bel	Pedro Nunes Santos	Tabaqueira
António Albino Pires de Andrade	Grupo Valouro	Maria do Carmo Neves	Tecnimede
Manuel Gil Antunes	HyChem	Gonçalo Castro de Medina Figueiredo de Barros	TRIVALOR
Teresa Cardoso de Menezes	INFORMA D&B		

7. Conselho do Agroalimentar

Presidente: *Jorge Henriques*

Vice-Presidente: *António Serrano* (Jerónimo Martins)

O setor do Agroalimentar em Portugal tem registado uma muito significativa e positiva evolução nos últimos anos.

A qualidade e a diversidade dos produtos granjearam a adesão dos consumidores nacionais e estrangeiros, com um forte aumento das vendas e das exportações.

Fruto da modernização tecnológica nas mais diversas vertentes, o Agroalimentar é hoje um sector com uma contribuição assinalável no PIB, tendo conseguido ultrapassar inúmeros obstáculos tidos como estruturais, em muito graças ao associativismo empresarial por se tratar de uma fileira constituída essencialmente por PME's.

Os desafios que subsistem, assim como novos problemas com que a economia nacional se confronta, exigem uma ainda mais intensa cooperação, tanto na identificação e caracterização dos problemas e debilidades, como, principalmente, na concretização de estratégias de resolução dos mesmos.

A nível do mercado, o ecossistema agroalimentar enfrenta grandes desafios, tais como a globalização, as alterações climáticas, a urbanização, a evolução das exigências dos consumidores, a renovação geracional e a forte concorrência dos Países terceiros.

Numa perspetiva basilar, importa melhorar e requalificar a atual mão-de-obra e tornar o ecossistema agroalimentar mais atraente para os jovens, proporcionando simultaneamente uma perspetiva de carreira e de aprendizagem ao longo da vida, quer para os empregadores, quer para os trabalhadores.

O Conselho do Agroalimentar é um órgão de consulta da CIP – Confederação Empresarial de Portugal que visa promover o desenvolvimento e a competitividade do subsector Agroalimentar através da elaboração de propostas e recomendações, a transmitir à Direção da CIP e junto dos diferentes parceiros.

O Conselho aprovou como objetivo geral para 2023-2024:

- A identificação dos principais riscos e obstáculos na cadeia de valor do Agroalimentar, nomeadamente as implicações do quadro regulatório europeu na cadeia de valor;
- a escassez de água;
- as alterações climáticas;
- o licenciamento;
- a fiscalidade;
- as dificuldades ao nível da mão-de-obra;
- o financiamento;
- a importância da coesão associativa.

Membros:

Francisco Pereira	AEBraga	Rui Cardoso	Fábrica Torrejana, S.A.
João Tiago Carapau	AERLIS	Jaime Piçarra	FIPA
Joaquim Camilo	AESINTRA	Pedro Queiroz	FIPA
Lígia Maria de Sá Pode da Cruz Coelho	AIDA CCI	Carlos Duarte	FORESTIS
Manuel Tarré	ALIF	Rosário Alves	FORESTIS
Pedro Serra Ramos	ANEFA	Pedro Barraco	Mercadona
Octavio Pinto	ANETIE	David da Costa Simão	NERBE/AEBAL
Isabel Tato	ANICP	Nuno Ferreira	NERGA
Vera Conde	APED	Luís Avides Moreira	Ramirez & Companhia
João Folque Patrício	Banco BPI	Leonor Sottomayor	SONAE
Patrícia Piedade Madeira	Banco Santander Totta	Frederico Mota	SONAE
Vasco Almeida	Caixa Económica Montepio Geral	Nuno Santos	Sovena
Ricardo Plácido	Caixa Geral de Depósitos	António Sousa Patrício	SUGAL
Ana Carvalhais Brites	Caixa Geral de Depósitos	João Covas Simões	TRIVALOR
Pedro Pimentel	CENTROMARCA	Idalino Leão	Convidado
Nuno Thomaz	CENTROMARCA	Arlindo Cunha	Convidado

8. Conselho do Ambiente e Sustentabilidade

Presidente: *Mário Jorge Machado*

Vice-Presidente: *Ana Maria Couras (FIOVDE), Luís Saldanha da Gama (APQuímica) e Luís Realista (convidado)*

A criação de valor é hoje indissociável da sustentabilidade. As exigências dos consumidores e as normas técnicas e regulamentares impõem que todo o ciclo de vida do produto incorpore a dimensão da sustentabilidade, desde a conceção, aos processos de produção, à comercialização, passando pela reparabilidade e reutilização, até à reciclagem, sendo crucial para estas últimas fases que se consolide um mercado concorrencial que torne eficazes os esforços conducentes a uma economia circular.

Os objetivos de descarbonização e circularidade do Pacto Ecológico Europeu e o impacto da guerra na Ucrânia vieram acentuar o desafio da utilização eficiente dos recursos e a necessidade de adaptação rápida das empresas. As novas exigências ESG (*Environmental, Social and Governance*) impactam não só as grandes empresas, mas também as pequenas, médias e microempresas que fazem parte de cadeias de valor abrangentes e/ou precisem de recorrer a entidades financeiras.

Neste mandato, serão debatidos os entraves e dificuldades das empresas para implementar a tão desejável transição em termos de circularidade e descarbonização, e desenvolvidas propostas sobre como promover a aceleração dessa transição e a adoção de uma política de sustentabilidade que represente mais valias para o ambiente, para as pessoas e para a economia.

No âmbito do mandato deste Conselho, e tendo em conta o enquadramento atual e as previsões dos temas que mais impacto terão nas empresas, estas são as temáticas prioritárias para 2024:

1. Acompanhar os processos legislativos em curso ou previstos concluir em 2024 como sejam, a nível europeu, a nova Diretiva das Emissões Industriais, o Regulamento de Conceção Ecológica de Produtos Sustentáveis, o Regulamento de Embalagens e Resíduos de Embalagens, o período transitório de implementação do novo instrumento de política climática, e o Mecanismo de Ajuste de Carbono nas Fronteiras;
2. Já a nível nacional, temos a implementação do novo UNILEX (regime jurídico que unifica a gestão de fluxos específicos de resíduos sujeitos ao princípio da responsabilidade alargada do produtor), a revisão do Regulamento Geral de Gestão de Resíduos (RGGR) e o Plano de Ação para a Economia Circular 2023-2027;
3. A nível da gestão de fluxos específicos, e da Responsabilidade Alargada do Produtor, esperam-se desafios no que toca ao licenciamento das Entidades Gestoras, e da ecomodelação das prestações financeiras;
4. Neste Conselho procurar-se-á ainda acompanhar a evolução das iniciativas nacionais relacionadas com ESG, procurando desenvolver propostas com vista a apoiar as próprias associações no apoio às empresas suas associadas;
5. Continuaremos a assegurar a informação e atualização das empresas em todas as matérias e desenvolvimentos relacionados com política ambiental e climática.

Membros:

Pedro Araújo	ABIMOTA	Marta Feio	ATIC
João Albuquerque	ACIB	Ana Paula Dinis	ATP
Mariana Chaves	ADIFA	Cristina Casalinho	Banco BPI
Fernando Lopes	AEBraga	Maria Cristina Antunes	Banco Santander Totta
Francisco Teixeira	AERLIS	Ana Fernandes	Biond
Adão Ferreira	AFIA	Paula Viegas	Caixa Económica Montepio Geral
Daniel Ribeiro	AGEFE	Filipa Carmona	Caixa Geral de Depósitos
André Jorge	AGEFE	Alexandra Queirós	CENTROMARCA
Fernando Soares	AHRESP	Francisco Frazão Guerreiro	CERTIF
Mário Pinho	AI NAVAIS	Gonçalo Costa Andrade	Companhia IBM Portuguesa
Carla Gonçalves	AIMMAP	Ricardo Emilio	DOUROGÁS
Ana Paula Estáquio	AISET	Carolina Duque	E-Cycle
José Maurício Costa	Altice Portugal	Sara Goulartt	EDP
Pedro Serra Ramos	ANEFA	Rui Cardoso	Fábrica Torrejana
Sofia Noites	ANEME	Margarida Bento	FIPA
Pascal Ballayer	ANETIE	Joana Appleton	Floene
João Pombo	ANICP	António Barros Neves	FNS
Isabel Tato	ANICP	Patrícia Cecílio	HyChem
António Joaquim Pacheco Ferreira	ANIMEE	Daniel Guimarães	Mercadona
Marta Epifanio	ANIMEE	Plácido Albuquerque	Mercadona
Luís Hall de Figueiredo	ANIVCE/APIV	Pedro Matias	ISQ
Filipe Novais	ANPL	Teresa Diogo	Jerónimo Martins
Carla Ferreira Pinto	APCC	Sofia Alves	JRC-Construção e Obras Públicas
João Ferreira	APCOR	Mónica Ventosa	Laboratórios Pfizer
Gema Brea	APDC	Salvador da Cunha	Merck Sharp & Dohme
Cristina Câmara	APED	Teresa Rolo	MICROLIME
Viviana Nobre	APED	Marta Neves	Mota-Engil
Maria Marques	APF	José Pinto	NERLEI
Alexandra Ferreira	APF	Luís Marques	Rangel Invest
Susana Rodrigues	APICER	Eva Fraguela	Siderurgia Nacional
Teresa Borba	APIGRAF	Luisa Pinheiro	Sociedade Ponto Verde
Ana Paula Barros	APIMA	Patricia Rodrigues	Sociedade Ponto Verde
Nuno Aguiar	APIP	Frederico Mota	SONAE
Carla Pedro	APQuímica	António Sousa Patrício	SUGAL
Susana Gomes	APQuímica	Rosalina Tanganho	Tabaqueira
Célia Marques	ASSIMAGRA	José Nordeste	The Navigator Company
Alfredo Cardeira	ATIC	João Bruno da Costa	TRIVALOR
Paulo Rocha	ATIC		

9. Conselho do Comércio e Serviços

Presidente: *José Nogueira de Brito*

Vice-Presidente: *Jorge Henriques (FIPA), Nuno Fernandez Thomaz (CERNTROMARCA), Alexandre Bastos (AHRESP)*

O setor do comércio e serviços tem um peso significativo na economia de Portugal e que importa reconhecer como um ecossistema vital para o desenvolvimento económico e social do País. Segundo os dados mais recentes do INE, no segundo trimestre de 2023, o emprego no comércio já representa mais de 14%. Em números absolutos, a atividade do comércio emprega mais de 696 mil pessoas.

A dimensão do setor e a sua relevância para a economia e sociedade, justificam só por si a existência de um Conselho do Comércio e Serviços na CIP – Confederação Empresarial de Portugal para debater os desafios, propósitos e objetivos de um conjunto de empresas e áreas de negócio que querem continuar a crescer de forma sustentada, para bem do País.

É assim, desde logo, fundamental para este Conselho promover o reconhecimento do contributo, importância e relevância do sector e das suas empresas e associações para um Portugal mais moderno e desenvolvido, mais sustentável e inclusivo.

Pretende-se, de uma forma eficiente e com propostas concretas, discutir e analisar temas, na sua maioria, já identificados e de extrema relevância para a sustentabilidade dos negócios, de que são exemplo a transição climática e digital, a Inteligência Artificial e o trabalho do futuro, a formação e reestruturação dos recursos humanos ou a modernização dos meios de pagamento, sem esquecer as necessárias ações de descarbonização, a produção sustentável ou a correta gestão de resíduos.

Se aliarmos a estes temas globais, as questões que o País enfrenta, do ponto de vista da desburocratização, da necessidade de uma fiscalidade mais amiga das empresas e dos consumidores, de processos legislativos mais participativos, transparentes e eficientes, só para dar alguns exemplos, facilmente se entende que as seis reuniões que o Conselho pretende promover em cada ano terão agendas completas e plenas de interesse para os participantes.

É também intenção desta presidência, promover o debate e a partilha de conhecimento nestas reuniões de trabalho que não deverão ocupar mais de 2h por sessão.

No entanto, para além da agenda habitual, pretende esta presidência contar com a participação de convidados de elevado interesse e valor para os temas em agenda, que possam facilitar o debate e a partilha de ideias e conhecimento entre os participantes.

Será com base nos resultados destas reuniões que se pretende que saiam propostas concretas junto dos diferentes *stakeholders* para defender o setor, com posições concretas em temas de interesse comum para os Associados da CIP, e promover o papel do comércio no contributo para o desenvolvimento do País.

Apostados em fazer deste Conselho um elemento agregador de vontades e de defesa da atividade económica eficiente, pretende-se criar condições para dotar a CIP de conhecimento e tomadas de posição claras em defesa da iniciativa privada, em prol do crescimento económico e social do País.

Membros:

Jorge Macedo	ACP	Carla Santa Pratas	Caixa Geral de Depósitos
Rui Marques	AEBraga	Tomás Martins	CEC
Cristina Antunes	AEC	Pedro Pimentel	CENTROMARCA
Salvador Morais	AERLIS	Francisco Peixoto	CEVAL
Ana Reis Mota	AES	Paulo Gouveia	FARMINVESTE
Joaquim Viegas Simão	AESINTRA	Pedro Queiroz	FIPA
Olga Figueiredo	AESINTRA	Nuno Castro Marques	FNS
José Coutinho	AGEFE	Inês Santos	Mercadona
Manuel Tarré	ALIF	Filipe Sousa	Mercadona
Tiago Silva Lopes	Altice Portugal	Sofia Alves	JRC-Construção e Obras Públicas
Ana Luísa Carvalho de Sousa	ANIVEC/APIV	Cristina Monteiro	NERGA
Carla Maria Ferreira Pinto	APCC	Leonor Sottomayor	SONAE
João Vaz Tomé	APED	Frederico Mota	SONAE
Gonçalo Lobo Xavier	APED	Afonso Pereira	SONAE
Holden Carvalho	Associação dos Comerciantes do Porto	António Sousa Patrício	SUGAL
Patrícia Piedade Madeira	Banco Santander Totta	Lúcia Cavaleiro	Tabaqueira
Vasco Almeida	Caixa Económica Montepio Geral	Alexandre Bastos	TRIVALOR

10. Conselho do Ensino Superior, Investigação e Inovação

Presidente: *Isabel Capelo Gil*

Vice-Presidente: *Kevin McGuinness (TRIVALOR) e Francisca Leite (convidado)*

O Conselho do Ensino Superior, Investigação e Inovação é um órgão consultivo da CIP – Confederação Empresarial de Portugal que tem como missão contribuir para a competitividade de Portugal e o crescimento económico do País através da promoção de políticas e estratégias de investigação focadas no incentivo à inovação e à criação de parcerias entre universidades e instituições de investigação e o tecido empresarial.

O CESII está consciente de que no mercado global a geração de conhecimento inovador ancorado em instituições de I&D ágeis e de qualidade é determinante para a competitividade do tecido empresarial e para a geração de valor económico e social. As instituições de ensino superior e as suas unidades de investigação estão no centro do ecossistema de ciência e inovação do País, formando talento, promovendo a criatividade e produzindo conhecimento científico que apoia a inovação de processos e a criação de novos produtos nas empresas.

Num momento de mudança de um modelo económico de base produtiva para um modelo económico ancorado na economia do conhecimento, a competitividade do País estará diretamente dependente das medidas que lhe permitirem transferir o conhecimento científico produzido para a inovação empresarial, a forma como conseguir reter o talento e perfilar-se como economia de alto valor acrescentado. Para tal, exige-se o desenvolvimento de políticas que promovam uma forte relação entre Instituições de Ensino Superior e empresas, que potenciem o desenvolvimento de um espírito e de um ambiente empreendedores nas universidades, e a promoção de atividades de I&D dentro das empresas.

Esta relação recíproca deve, por um lado, acompanhar aquilo que são os grandes eixos de desenvolvimento de base científica e tecnológica, como a descarbonização e a transição energética, a promoção da economia circular e da economia de base biológica, e ainda considerar os avanços da IA e o seu impacto social, económico e ético. Por outro, acompanhar a necessidade de capacitação das instituições e de retenção de talento nacional, e internacional, através de incentivos justos e de estratégias de desenvolvimento com propósito que permitam ao mesmo tempo capacitar os territórios e aplicar políticas de crescimento inteligente e especializado.

O CESII constitui uma plataforma de promoção de diálogo entre empresas e instituições de ensino superior, propondo medidas que potenciem o crescimento a partir do reforço da economia do conhecimento. Para a prossecução dos seus objetivos, o CESII poderá promover estudos e análises, propor uma agenda de inovação e medidas de ação.

Membros:

Pedro Fraga	AE Braga	Inês Rocha de Gouveia	Banco Santander Totta
Manuel Luis Castro Ribeiro	AERLIS	João Norte	BIAL - Portela & Ca., SA
Carlos Cardoso	AESINTRA	Bruno Sommer Ferreira	HyChem - Química Sustentável
Susana Leitão	AHRESP	Pedro Matias	ISQ - Instituto de Soldadura e Qualidade
Eloi Guterres	ANETIE	Lúcia Cavaleiro	Tabaqueira II, S.A.
Ruben Miguel Silva	ANNEIDE	Paula Alves	Convidado
Filipa Barbosa	ANPL	Maria José da Silva Fernandes	Convidado
João Rui Gomes da Silva Ferreira	APCOR	António Sousa Pereira	Convidado
Emídio Santos	APDC	Paulo Jorge Ferreira	Convidado
Maria José Ferreira	APICCAPS	Hermínia Vasconcelos Vilar	Convidado
João Pedro Mendes de Almeida Lopes	APIFARMA	João Paulo Crespo	Convidado
Marta Feio	ATIC	Claúdio Sunkel	Convidado
Margarida Mateus	ATIC	Soledade Duarte	Convidado

11. Conselho para a Atração de IDE

Presidente: *Miguel Frasquilho*

Vice-Presidentes: *Franquelim Alves, Rui Hortelão, Cristina Rodrigues, Pedro Reis*

O Conselho para a Atração de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) é um órgão consultivo da CIP – Confederação Empresarial de Portugal que tem como desígnio apresentar medidas que melhorem a atratividade e competitividade da economia portuguesa, e que tornem o nosso tecido empresarial mais resiliente.

É hoje constatável que só com uma economia mais competitiva e atrativa será possível elevar a criação de riqueza e emprego para patamares que proporcionem a tão desejada melhoria de vida sustentável da população.

O Conselho conta já com membros de uma grande diversidade de formação e de percursos, como advogados, economistas, engenheiros e gestores, entre outros, o que constitui um grande valor acrescentado.

O Conselho, tendo já contribuído para a elaboração do Pacto Social apresentado pela CIP no final de setembro de 2023, conta poder apresentar um trabalho mais detalhado em termos de propostas de atração de IDE, em calendário a definir pela Direção da CIP, previsivelmente no segundo trimestre de 2024.

Funcionalmente, o Conselho para a atração de IDE está dividido em quatro grandes áreas funcionais: Eficiência Administrativa, Eficiência das Empresas, Infraestruturas e Grandes Investimentos. Por sua vez, estas quatro grandes áreas estão divididas em cinco subáreas cada uma:

- Eficiência Administrativa – Finanças Públicas, Política Fiscal, Quadro Institucional, Legislação Empresarial, Quadro Societário;
- Eficiência das Empresas – Produtividade e Eficiência, Mercado de Trabalho, Desempenho Financeiro, Práticas de Gestão, Atitudes e Valores;
- Infraestruturas – Infraestruturas Básicas, Infraestruturas Tecnológicas, Infraestruturas Científicas, Saúde e Ambiente, Educação;
- Grandes Investimentos – Produtividade e Eficiência, Quadro Institucional, Política Fiscal, Legislação Empresarial, Práticas de Gestão.

Cada uma destas quatro áreas é coordenada por um vice-presidente:

- Franquelim Alves, Consultor e ex-Secretário de Estado do Empreendedorismo, Competitividade e Inovação, na área da Eficiência Administrativa;
- Rui Hortelão, CEO da Campline Horses, na área da Eficiência das Empresas;
- Cristina Rodrigues, CEO da Capgemini Portugal, na área das Infraestruturas;
- Pedro Reis, Administrador não Executivo, Consultor Sénior e ex-Presidente da AICEP Portugal Global, na área de Grandes Investimentos.

Membros:

João Albuquerque	ACIB	Pedro Lino	Convidado
Daniel Vilaça	AEBraga	Filipa Muñoz de Oliveira	Convidado
Hugo Faria	AERLIS	Gonçalo Vieira da Luz	Convidado
José Manuel da Silva Couto	AFIA	José Inverno	Convidado
Elisabete Rita	AIDA CCI	Ana Filipa	Convidado
Mafalda Gramaxo	AIMMAP	Pedro Cosme	Convidado
César Araújo	ANIVEC/APIV	Catarina Caria	Convidado
Diogo Madeira	APDC	Sara do Ó	Convidado
João Vaz Tomé	APED	Mafalda Rebordão	Convidado
João Ricardo da Vinha Rodrigues da Silva	Banco Santander Totta	Cristina Vaz Tomé	Convidado
Sérgio Oliveira	Deloitte	Gonçalo D'Ávila e Castro	Convidado
Ricardo Santos Lopes	Efacec	António Mira	Convidado
Rui David Fandango Minhós	Tabaqueira II, S.A.	Mário Fortuna	Convidado
Francisco Mendes Palma	Convidado		

12. Conselho para a Economia Digital

Presidente: *Pedro Duarte*

O Conselho para a Economia Digital é um órgão consultivo da CIP – Confederação Empresarial de Portugal que tem como objetivo promover o desenvolvimento e a competitividade do setor digital em Portugal, ajudando a transição das empresas e da sociedade.

O Conselho reúne representantes de diversas áreas de atividade.

Os principais objetivos do Conselho são:

- Identificar as oportunidades e os desafios da economia digital para as empresas portuguesas, bem como as melhores práticas internacionais;
- Propor medidas e políticas públicas que favoreçam a inovação, a digitalização, a internacionalização e a sustentabilidade do setor digital;
- Estimular a cooperação e a articulação entre os diferentes agentes do ecossistema digital, como empresas, universidades, centros de pesquisa, associações e entidades públicas;
- Contribuir para a sensibilização e a capacitação dos empresários, dos trabalhadores e dos consumidores para os benefícios e os riscos da economia digital.

Os principais temas a debater pelo Conselho são:

- A transformação digital das empresas portuguesas, com foco na adoção de novas tecnologias, no aumento da produtividade, na melhoria dos processos, no comércio eletrónico, na criação de novos produtos e serviços e na geração de valor;
- A regulação do setor digital, com ênfase no impacto da inteligência artificial, na proteção dos dados pessoais, na segurança da informação, na defesa da concorrência e na tributação justa;
- A formação e a qualificação dos recursos humanos para a economia digital, com destaque para o desenvolvimento de competências digitais, a requalificação profissional e a atração de talentos;
- A inclusão e a acessibilidade digital, com atenção para a redução das desigualdades sociais, regionais e de género no acesso e no uso das tecnologias digitais.

Membros:

João Albuquerque	ACIB	Francisco Frazão Guerreiro	CERTIF
Filipe Avides Moreira	ACP	Francisco Peixoto	CEVAL
Carlos Vaz	AE Braga	Lara Tropa	Companhia IBM
Pedro Fraga	AE Braga	Sofia Tenreiro	Deloitte Technology
Luís Lobo	AERLIS	João Nascimento	EDP
Ana Reis Mota	AES	Miguel Lança	FARMINVESTE
João Jesus	AESINTRA	Nuno Castro Marques	FNS
Daniel Ribeiro	AGEFE	Pedro Matias	ISQ
Mário Pinho	AI NAVAIS	Francisco d'Almeida	Jerónimo Martins
José Ângelo Pinto	AIMMAP	Mónica Ventosa	Laboratórios Pfizer
Francisco Matos Chaves	Altice Portugal	João Andrade	NERGA
Eloi Guterres	ANETIE	Paulo Pinto	NERLEI
Pascal Ballayer	ANETIE	Filipe Cortez	NERSANT
Octávio Pinto	ANETIE	Luís Manuel Dionísio Marques	Rangel Invest
Marta Azevedo	ANICP	João de Andrade Tavares	RENOVA
Isabel Tato	ANICP	Cláudia Ricardo	Roche
Pedro Carlos Conde Henriques	ANIMEE	Marco Dinis	Siderurgia Nacional
César Araújo	ANIVÉC/APIV	João Queiroz	Siemens
Rui Abreu	ANNEIDE	Hélio Jesus	Siemens
Hugo Condessa	ANPL	Francisco Monteiro	SONAE
Rogério Carapuça	APDC	Lúcia Cavaleiro	Tabaqueira
Sandra Almeida	APDC	Luis Manuel Ferreira	TRIVALOR
Gonçalo Lobo Xavier	APED	Alberto Araújo Lima	Convidado
Rui Martins	APED	Arlindo Oliveira	Convidado
João Vaz Tomé	APED	Miguel Almeida	Convidado
Carlos Silva	APICCAPS	Manuel Ramalho Eanes	Convidado
Paulo Dourado	APIGRAF	Miguel Pina Martins	Convidado
Miguel Pereira	APIMA	Manuel Maria Correia	Convidado
Holden Carvalho	Associação dos Comerciantes do Porto	Luís Filipe Antunes	Convidado
Fátima Rato	ATIC	José Fernando Gonçalves	Convidado
Ricardo Silva	ATP	Graça Canto Moniz	Convidado
Susana Cristina Ferreira	Banco Santander Totta	Gabriel Coimbra	Convidado
Gonçalo Almeida Simões	Biond	Cipriano Sousa	Convidado
Sara Candeias	Caixa Económica Montepio Geral	Bernardo Correia	Convidado
Victor Martins Ferreira	Caixa Geral de Depósitos	Ana Teresa Lehmann	Convidado
Alexandra Queirós	CENTROMARCA	Ricardo Parreira	Convidado

13. Conselho para a Economia do Mar

Presidente: *Manuel Tarré*

O Conselho para a Economia do Mar visa, resumidamente e no essencial, ouvir as preocupações dos seus diversos membros, debatê-las, elaborar propostas e, desta forma, municiar o Presidente da Direção e demais Órgão Sociais da CIP – Confederação Empresarial de Portugal para a sua ação política em prol dos sectores envolvidos e da economia nacional.

Entre as principais temáticas sobre as quais se debruça este Conselho, existem diversas áreas de expectativa de melhoria, desde os portos, à indústria da pesca, passando por combustíveis alternativos, IVA nos produtos transformados, concessões nas marinas, entre outros, que passamos a elencar:

- «IVA Alimentar»: taxas muito elevadas;
- Projetos de energia renovável que estão previstos para a costa portuguesa (que, no seu conjunto, permitirão atingir, a prazo, a meta de potência de 10 GW);
- Falta de recursos humanos qualificados;
- Concessões portuárias (alongamento dos prazos para 75 anos);
- Necessidade de combustíveis alternativos para os navios e de adaptação dos navios aos mesmos;
- Financiamento – Programa Mar 2030 (ainda não há avisos para submeter candidaturas e, assim, os apoios não estão a chegar às empresas – o que condiciona a transição energética e a digitalização);
- Necessidade de revisão da definição de PME, a nível europeu, uma vez que a definição de uma empresa como PME ou não-PME determina a respetiva elegibilidade para os programas de apoio financiados pela EU;
- Concessões das marinas – foram transferidas para as autarquias, sendo que eram da responsabilidade da DOCAPECA (esta alteração implica a existência de dezenas de interlocutores pois as autarquias passam a querer intervir na gestão);
- Planeamento das áreas marinhas, tendo em conta a proliferação de viveiros *offshore* (que colocam em risco várias rotas de navegação);
- Mineração profunda – iremos ter uma das maiores plataformas do mundo, mas não temos meios para a controlar;
- Região Autónoma da Madeira deveria ter maior responsabilidade sobre o espaço marítimo;
- Falta de apoios para a reindustrialização das indústrias navais;
- Inexistência, em Portugal, de um estaleiro com licença para desmantelamento de navios;
- Entidades públicas com dificuldade em entender assuntos e com falta de recursos humanos.

Membros:

João Albuquerque	ACIB	António Castel-Branco	NERA
Carlos Vaz	AEBraga	António Ramirez	Ramirez & Companhia
Cristina Antunes	AEC	Edgar Serrano	SIEMENS
João Tiago Carapau	AERLIS	Frederico Mota	SONAE
Mário Pinho	AI NAVAIS	Nuno Galhardo Leitão	Convidado
José Luís Gramaxo	AICR	Carlos Santos	Convidado
Pedro Jorge Batista da Silva	AIDA CCI	José Ventura de Sousa	Convidado
Luís Ribeiro da Silva	Altice Portugal	João A. Conduto Jr	Convidado
Isabel Tato	ANICP	Mahomed Iqbal	Convidado
António Joaquim Pacheco Ferreira	ANIMEE	Miguel Marques	Convidado
Carlos Leite	APDC	Martinho Fortunato	Convidado
Vasco Almeida	Caixa Económica Montepio Geral	João Rodrigues	Convidado
Isabel Soares Moura	Caixa Geral de Depósitos	António José Correia	Convidado
Paulo Henrique Niza Mariano	CEC/CCIC	António Belmar	Convidado
Francisco Frazão Guerreiro	CERTIF	Fernando Grego Dias	Convidado
Francisco Peixoto	CEVAL	Andreia Ventura	Convidado
José Luís Ceia	CEVAL	Pedro Amaral Frazão	Convidado
Bruno Sommer Ferreira	HyChem	António Maria de Mello	Convidado
Pedro Barraco	Mercadona	Lázaro Delgado	Convidado
Pedro Encarnação	Jerónimo Martins.	Gomes Alves	Convidado

14. Conselho para a Regulação e Qualificação das Pessoas

Presidente: *Rafael Campos Pereira*

Vice-Presidentes: *Luís Miguel Ribeiro (AEP) e Gonçalo Lobo Xavier (APED)*

A CIP – Confederação Empresarial de Portugal sempre teve e continua a manter um papel fundamental e insubstituível na consolidação de uma economia de mercado e de uma sociedade livre e democrática em Portugal.

Nesse âmbito, o seu trabalho tem sido altamente relevante em inúmeros domínios, desde a concertação social e a contratação coletiva à formação e qualificação dos recursos humanos, passando pela justiça, pela propriedade industrial ou pela internacionalização da economia.

Os Conselhos da CIP podem e devem ser um instrumento essencial na definição da doutrina e da estratégia da Direção da Confederação.

Em concreto, o Conselho para a Regulação e a Qualificação das Pessoas visa ajudar a densificar o pensamento estratégico da CIP em vertentes decisivas para a competitividade das empresas em Portugal.

Por um lado, irá procurar conceber e propor medidas suscetíveis de diminuir os constrangimentos causados à atividade empresarial pelas deficiências da regulação, aí incluindo temas de enorme relevância como a justiça e os assuntos laborais.

Por outro lado, estará igualmente orientado para a criação e o aperfeiçoamento de instrumentos que venham a conferir maior eficácia à formação e à qualificação das pessoas, potenciando um impacto superior na sociedade e nas empresas.

Antevemos com entusiasmo que será possível construir algo de muito significativo no âmbito dos trabalhos deste Conselho para a Regulação e a Qualificação das Pessoas.

Na verdade, tem sido possível reunir um conjunto importante de pessoas com pensamento relevante na sociedade portuguesa, que, com grande generosidade, aceitaram acrescentar valor a esta iniciativa.

Durante o atual mandato dos órgãos sociais da CIP, o propósito deste Conselho será obviamente o de saber aproveitar a massa crítica que o compõe e dessa forma ser capaz de ajudar a CIP e o seu Presidente a terem ainda mais sucesso na missão de defender as empresas, a livre iniciativa e a economia de mercado.

Membros:

Adolfo Mesquita Nunes	Convidado	Adão Ferreira	AFIA
Clara Marques	Convidado	Daniel Ribeiro	AGEFE
Gregório Rocha Novo	Convidado	Nuno Santo	ANEME
João Girão	Convidado	Ana Luísa Carvalho de Sousa	ANIVÉC/APIV
João Neves	Convidado	João Vaz Tomé	APED
João Silveira Lobo	Convidado	Rui Martins	APED
João Tiago Silveira	Convidado	Rita Souto	APICCAPS
José Carlos Caldeira	Convidado	Albertina Sequeira	APICER
Leonardo Mathias	Convidado	Jorge Lopes	APIGRAF
Leonor Sottomayor	Convidado	João Pedro Capa	ATIC
Luís Paes Antunes	Convidado	Ana Paula Dinis	ATP
Mafalda Gramaxo	Convidado	Sara Eusébio da Fonseca	Banco Santander Totta
Manuel Cavaleiro Brandão	Convidado	Francisco Frazão Guerreiro	CERTIF
Manuel Grilo	Convidado	Francisco Peixoto	CEVAL
Miguel Gil Mata	Convidado	Susana Teixeira	Mercadona
Paula Ponces Camancho	Convidado	Susana Correia de Campos	Jerónimo Martins
Paulo Rios de Oliveira	Convidado	Sara Leal	NERGA
Pedro Furtado Martins	Convidado	Luís Morais	Siderurgia Nacional
João Albuquerque	ACIB	Helena Santos	Siderurgia Nacional
Maria José Barros	ACP	Frederico Mota	SONAE
Silvina Alves	AE Braga	Francisco Monteiro	SONAE
António Maria de Sousa	AERLIS	Gonçalo Santos	SUGAL
Ana Reis Mota	AES	Maria de Fátima Portulez	TRIVALOR

15. Conselho para a Sustentabilidade das Contas Públicas

Presidente: *Oscar Gaspar*

A situação das contas públicas é, reconhecidamente, uma componente essencial do enquadramento macroeconómico de cada País. Os indicadores básicos do défice orçamental e da dívida (e outros como os do peso da despesa pública e da carga fiscal no PIB, por exemplo) servem para comparações internacionais e para a reputação financeira do País e têm impacto direto no custo da dívida e na atratividade de capitais decorrente da sustentabilidade.

A nível interno, o desempenho das contas públicas tem como reflexo direto a fiscalidade (direta e indireta), a capacidade de investimento em infraestruturas públicas, o funcionamento da administração pública, a repartição intergeracional de rendimentos e a coesão. Mas é sabido que a política orçamental tem também um impacto fundamental na economia, pela afetação de fundos a determinadas políticas, pelo impacto da gestão remuneratória da administração pública, pela gestão dos bens públicos (em sentido económico), pelo efeito multiplicador que pode induzir, pelo impacto nas taxas de juro aplicadas à economia real, etc.

Na ótica da CIP – Confederação Empresarial de Portugal, o acompanhamento das finanças públicas deve acontecer numa ótica de análise do seu impacto na atividade económica e nas empresas. Os Associados da CIP têm acesso às informações de fonte oficial sobre a evolução orçamental em Portugal e na UE mas será importante fazer a sua leitura pelos olhos das empresas.

Este Conselho para a Sustentabilidade das Contas Públicas não pretende ser um gabinete de estudos nem vai competir com outras entidades na produção ou análise de estatísticas, mas antes vai acrescentar valor às empresas e à CIP pela perspetiva empresarial com que se vai apreciar a política orçamental.

Assim, no âmbito deste mandato do Conselho para a Sustentabilidade das Contas Públicas pretende atingir os seguintes objetivos:

- i. Analisar do Orçamento de Estado de cada ano na perspetiva do seu efeito macroeconómico e no ecossistema das empresas;
- ii. Analisar trimestralmente a execução orçamental (nomeadamente investimento, carga fiscal e desvios) no sentido de dotar a Direção da CIP de elementos e argumentos para a tomada de posição sobre os impactos gerados na economia;
- iii. Refletir sobre as trajetórias previstas para a dívida pública e, em articulação com a academia e centros de estudos de empresas portuguesas, estudar os seus impactos sobre a economia e as empresas;
- iv. Contribuir de forma sistematizada para as propostas que a CIP apresenta em sede de discussão de cada Orçamento do Estado;
- v. Organizar um evento com o Banco de Portugal, ASF, CMVM (por exemplo, aquando da publicação do Procedimento por Défices Excessivos) sobre o impacto do enquadramento orçamental no desempenho da economia portuguesa (e vice-versa).

Membros:

Fernando Lopes	AEBraga	Jorge Barros Luís	Caixa Económica Montepio Geral
Célia Custódio	AERLIS	João Sá Nogueira	MSD
José Ângelo Pinto	AIMMAP	Carlos Mendes	NERSANT
Rui António Constantino	Banco Santander Totta		

16. Conselho para as Relações Internacionais

Presidente: *Manuel Carlos*

Vice Presidente: *Rodolfo Lavrador* (Caixa Geral de Depósitos) e *Alberto João Coraceiro de Castro* (Convidado)

O Conselho para as Relações Internacionais da CIP – Confederação Empresarial de Portugal tem como objetivo o estudo das diversas matérias no âmbito das relações internacionais e o seu impacto na economia e nas empresas, emitindo pareceres ou propostas à Direção da CIP.

O Conselho prepara posições sobre relações internacionais e cooperação e desenvolvimento, bem como todas as iniciativas europeias e nacionais com impacto nestas questões, e propõe à Direção ações concretas com vista à partilha de informação com Associados, a elaboração de estudos e documentos estratégicos, a adoção de orientações, a realização de eventos empresariais e a identificação de estratégias, obstáculos e oportunidades para a internacionalização das empresas portuguesas.

O CRI deverá contribuir para uma maior capacitação da CIP na defesa dos interesses das empresas portuguesas no contexto internacional, em particular no âmbito das diversas organizações nacionais e internacionais em que se encontra representada, nomeadamente no Conselho Estratégico para a Internacionalização da Economia, no Comité de Relações Internacionais da BusinessEurope (BE), nos grupos de trabalho do Business at OECD (BIAC), e no CEIB – Conselho de Empresários Ibero-americanos.

Para o mandato de 2023-2027, o trabalho do CRI irá incidir sobre o reforço da internacionalização da economia portuguesa, condição essencial para que o País possa criar riqueza e elevar o seu nível de desenvolvimento.

O Conselho pretende produzir conhecimento que se possa traduzir num crescimento do peso das exportações nacionais no PIB que esteja acima da média da UE. Para tal, caberá ao CRI ouvir as empresas, instituições públicas e outras entidades relevantes e apresentar elementos estratégicos, estudos e pareceres que visem uma melhor utilização dos instrumentos legislativos disponíveis, a melhoria das políticas públicas setoriais, aperfeiçoar o ecossistema e a convergência entre empresas, associações empresarias e entidades públicas governamentais.

Entre os principais temas a abordar figuram:

- A rede de acordos de comércio da EU;
- Os incentivos à internacionalização;
- A diversificação de mercados para exportação;
- As barreiras ao comércio internacional;
- As políticas de ajuda ao desenvolvimento.

Membros:

Miguel Santos	ABIMOTA	Cláudia Pinto	APICCAPS
João Fernandez Cardoso de Albuquerque	ACIB	Martim Chichorro	APICER
Miguel Leichsenring Franco	ACP	Paulino Pinto Ribeiro	APIGRAF
Tito Silva	AE Braga	Fátima Rato	ATIC
Paulo Vasconcelos Afonso	AERLIS	Jorge Pereira	ATP
João Manuel Pereira Valença	AEVC	Teresa Carvalho	Banco Santander Totta
Adão Ferreira	AFIA	Thorsten Kotschau	CCILA
José Luís Guerreiro Gramaxo	AICR	Paulo Azevedo	CCILA
Elisabete Fidalgo Rita	AIDA CCI	José Luís da Rocha Ceia	CEVAL
Sofia Veloso Ferreira	AIMMAP	António Martins da Costa	EDP
Paulo Barradas	ANEME	Ricardo Santos Lopes	Efacec Power Solutions
Pascal Ballayer	ANETIE	Ana Maria Proença Fonseca Couras	FIOVDE
Marta Azevedo	ANICP	Arnaldo Figueiredo	Mota-Engil
Isabel Tato	ANICP	Paulo Gonçalves	NERGA
José Carlos da Silva Castanheira	ANIVEC/APIV	Elsa Nicolau	NERLEI
João Monteiro	ANPL	António Pedroso Leal	NERSANT
Cláudia Pimenta	APCOR	Frederico Mota	SONAE
Gonçalo Lobo Xavier	APED	Rui Boavida	Tabaqueira

17. Conselho para os Assuntos Fiscais e Segurança Social

Presidente: *Diogo Bernardo Monteiro*

O sistema fiscal e parafiscal é crescentemente central revelando o seu carácter decisivo enquanto pilar da sustentabilidade do Estado Social, ao mesmo tempo que procura ser um catalisador do desenvolvimento económico. As diferentes opções políticas devem, assim, encontrar o possível e difícil equilíbrio ou idealmente convergência entre a satisfação das necessidades públicas e o desejável enquadramento fiscal que promova o crescimento.

Ao mesmo tempo, apenas a estabilidade do sistema fiscal permite um planeamento estruturado e a realização de investimentos com a necessária segurança e redução de riscos imprevisíveis, particularmente no atual contexto de instabilidade internacional e incerteza política interna.

É, assim, fácil de antever que a reflexão sobre opções de política fiscal e parafiscal encerra hoje desafios acrescidos, a que se junta a volatilidade da realidade nacional e internacional.

De entre as atribuições e responsabilidades da CIP – Confederação Empresarial de Portugal destaca-se a sua contribuição para o desenvolvimento económico, apoiando e defendendo os interesses das empresas, no quadro do diálogo social. É neste contexto que a atuação do Conselho para os Assuntos Fiscais e Segurança Social pode ser decisiva ao configurar-se, por um lado, como observatório da realidade fiscal e parafiscal do prisma das empresas e, por outro, enquanto fórum privilegiado para a discussão e reflexão sobre aquelas que poderão ser as opções de política fiscal e parafiscal que melhor respondam ao desafio do crescimento económico.

Em concreto, projeta-se, assim, que o exigente mandato do Conselho para os Assuntos Fiscais e Segurança Social, em estreita interação com a Direção da CIP, assuma as seguintes responsabilidades:

- i. Analisar e monitorizar o impacto do sistema fiscal e parafiscal na atividade das empresas, identificando aspetos particularmente críticos e que constituam obstáculos ao desenvolvimento económico;
- ii. Discutir, elaborar e apresentar propostas fiscais e parafiscais concretas, que respondam às necessidades das empresas, contribuindo para a solidez da atuação da Direção da CIP nestas áreas;
- iii. Examinar e pronunciar-se sobre medidas fiscais e parafiscais em discussão pública, promovendo a sua reflexão crítica.

Membros:

Paulo Cruz	ABIMOTA	Luís Graça Moura	Banco BPI
Jorge Macedo	ACP	Hugo Miguel Albuquerque	Banco Santander Totta
Manuel Cordeiro	ADIFA	Pedro Pimentel	CENTROMARCA
Rui Marques	AEBraga	Luís Belo	Deloitte Technology
Rui Jorge Rego	AERLIS	Luís Reis Sobral	FARMINVESTE
Ana Reis Mota	AES	Andreia Cruz	Mercadona
Adão Ferreira	AFIA	Susana Teixeira	Mercadona
André Jorge	AGEFE	Rita Marques	Jerónimo Martins
Helena Maria Jacinto Ferreira	AIDA CCI	Sofia Alves	JRC-Construção e Obras Públicas
José Ângelo Pinto	AIMMAP	Luís Miguel Sousa	Mota-Engil
Gonçalo Camolino	Altice Portugal	Augusto Ramos	NERA
Andreia Fortes	ANEME	Orlando Cordeiro	NERGA
Sérgio Vieira	ANETIE	António Andrade Tavares	RENOVA
Manuela Folhadela	ANIVEC/APIV	Marco Dinis	Siderurgia Nacional
Orlando Monteiro da Silva	ANPL	Luís Morais	Siderurgia Nacional
João Ascenso	ANPL	Afonso Pereira	SONAE
Rui Martins	APED	Frederico Mota	SONAE
António Oliveira	APICER	Paulo Coelho	SUGAL
Teresa Borba	APIGRAF	Isabel Bessa Gomes	Tabaqueira
Luís Almeida	APIMA	Joaquim Dias Cabaço	TRIVALOR
Miguel Guimarães	APS	Joaquim Camilo	Convidado
João Costa	ATP		

18. Conselho Regional

Presidente: *Luís Miguel Ribeiro*

O Conselho Regional da CIP – Confederação Empresarial de Portugal pretende ser um espaço de análise e debate, ao qual compete elaborar propostas de decisão, recomendações e pareceres a submeter à Direção da CIP sobre matérias do interesse das Regiões nele representadas.

O Conselho integra Associados representativos de Regiões, podendo, também, integrar entidades parceiras e individualidades de reconhecido mérito nesse âmbito.

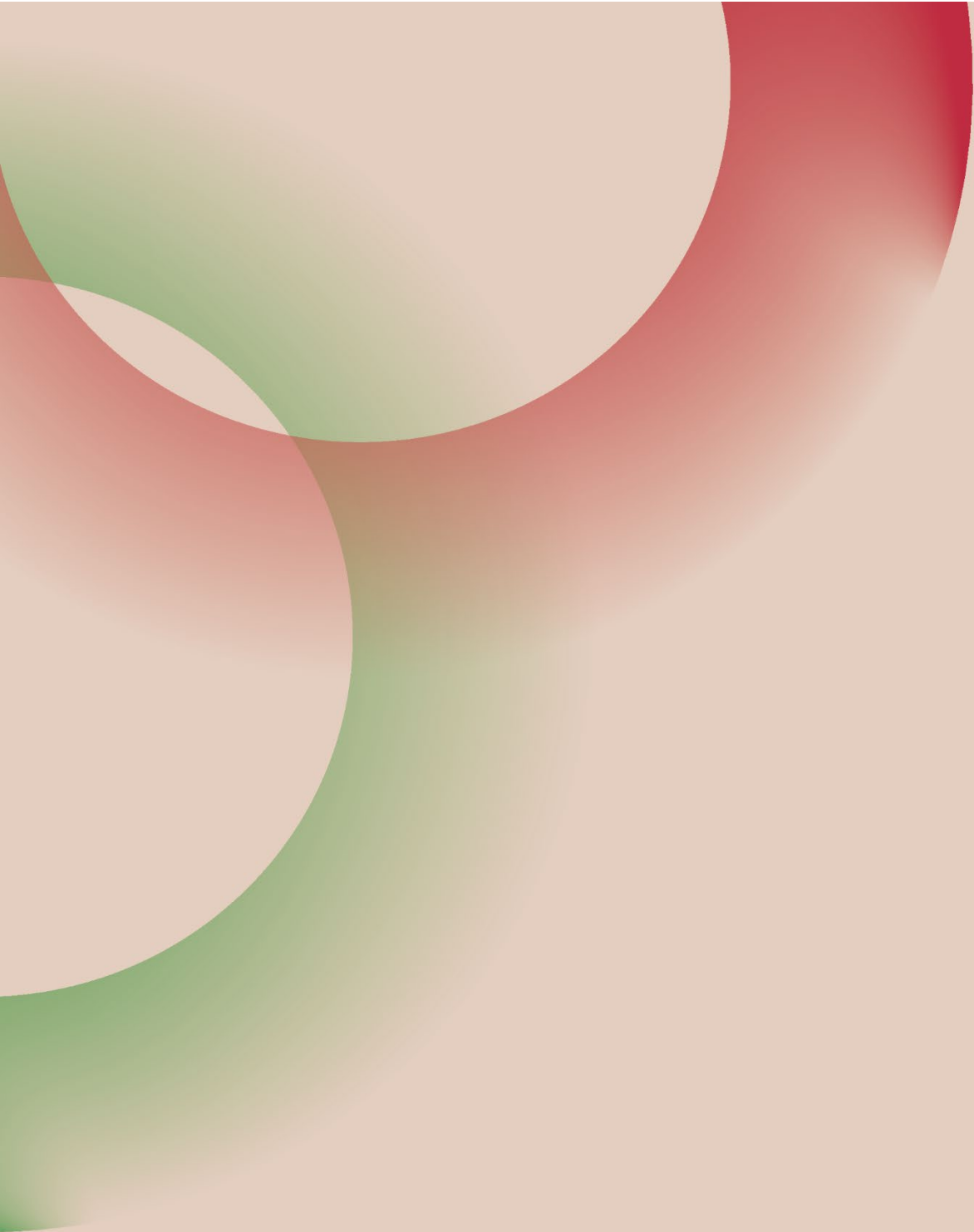
As Associações Empresariais Regionais, devido à sua forte presença no território e à grande proximidade e conhecimento do tecido empresarial das Regiões onde atuam, apresentam um enorme potencial para ocupar uma posição de destaque na política regional. É objetivo deste Conselho defender essa posição junto dos decisores políticos, e reforçar o papel destas Associações como importantes elos de ligação entre as entidades públicas e a execução de políticas no terreno, junto do tecido empresarial.

O Conselho Regional propõe-se abordar diversas temáticas relevantes, entre as quais se destacam as seguintes:

- Desenvolvimento do projeto de uma lei de bases, conferindo um enquadramento legal específico para o Movimento Associativo Empresarial;
- Apresentação desta proposta num périplo de reuniões por todo o território;
- Renovação da aplicação do Referencial CIP para o Movimento Associativo Empresarial Regional;
- Análise, debate e elaboração de recomendações / propostas de decisão sobre o tema «Reforçar e federar o movimento associativo», constante do programa eleitoral dos Órgãos Sociais da CIP eleitos para o Quadriénio 2023-2027;
- Aprofundamento da cooperação entre as entidades públicas regionais e/ou locais (CCDRs; CIMs; ...) e as Associações Empresariais Regionais

Membros:

Hugo Coutinho Almeida	ABIMOTA	Rogério Manuel dos Santos Hilário	CEC
João Albuquerque	ACIB	Francisco Peixoto	CEVAL
Rui Marques	AEBraga	José Luís da Rocha Ceia	CEVAL
Ana Cristina Palmeira de Oliveira	AEBB	Vítor José Cabrita Neto	NERA
Cristina Antunes	AEC	David da Costa Simão	NERBE/AEBAL
Rui Jorge Rego	AERLIS	Orlando dos Santos Faisca	NERGA
Fernando Paiva de Castro	AIDA CCI	António Poças	NERLEI
Jorge Patrício	Altice Portugal	António Sousa Patrício	SUGAL
José Carlos da Silva Castanheira	ANIVÉC/APIV	Vítor Armando Coelho	The Navigator Company
Rubens Carvalho	Associação dos Comerciantes do Porto		



CIP

CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL
DE PORTUGAL